

1 **ATA DA 157ª (CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA SÉTIMA) ASSEMBLÉIA**  
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO**  
3 **ADOLESCENTE - CONANDA**  
4

5 Às nove horas do dia oito de novembro de dois mil e sete, no Edifício Anexo II, do  
6 Ministério da Justiça, Brasília - DF, na sala 425, teve início a 157ª (centésima  
7 qüinquagésima sétima) reunião ordinária do Conanda, com os seguintes objetivos:  
8 1) Programação e Metodologia da VII Conferência Nacional dos Direitos da  
9 Criança e do Adolescente; 2) Deliberações da Comissão de Orçamento e  
10 Finanças; 3) Deliberações sobre a relação do Conanda com o Fonacondica; 4)  
11 Deliberações decorrentes da Sessão de Informes. A Assembléia foi presidida pela  
12 senhora **Carmen Silveira de Oliveira** - presidente do Conanda, e contou com a  
13 participação dos conselheiros: **Solange Stella Serra Martins** - Ministério do  
14 Desenvolvimento Social e Combate a Fome; **Thaís B. da Silva Pinho Werneck**,  
15 Ministério da Cultura; **Leandro da Costa Fialho** - Ministério da Educação; **Marcos**  
16 **Aurélio S. de Souza** - Ministério da Fazenda; **Fábio Eili Kato** - Ministério da  
17 Fazenda; **Eduardo Basso** - Ministério da Previdência Social; **Thereza de Lamare**,  
18 Ministério da Saúde; **Deuzinea da Silva Lopes** - Ministério do Trabalho e  
19 Emprego; **Cristina de Fátima Guimarães** - Secretaria Especial de Políticas de  
20 Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; **José Ricardo Calza**  
21 **Caporal** - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; **Marta Marília**  
22 **Tonin** - Ordem dos Advogados do Brasil; **Vilmar Burzlaff** - Movimento de  
23 Educação Popular Integral e Promoção Social/Fé e Alegria do Brasil; **Maria Luiza**  
24 **Moura Oliveira** - Conselho Federal de Psicologia; **Míriam Maria José dos**  
25 **Santos** - Inspetoria São João Bosco - Salesianos; **Maria Aurilene Moreira Vidal** -  
26 Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/Pastoral do Menor; **Fábio Feitosa da**  
27 **Silva** - União Brasileira de Educação e Ensino; **Antonio Pereira da Silva Filho**, -  
28 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e  
29 Filantrópicas; **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski** - Movimento Nacional de  
30 Meninos e Meninas de Rua; **Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo**, -  
31 Sociedade Brasileira de Pediatria; **Ariel de Castro Alves** - Movimento Nacional de  
32 Direitos Humanos; **Beatriz Hobold** (confirmar a participação) - Pastoral da  
33 Criança; **Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenbach** - Fundação Abrinq pelos  
34 Direitos da Criança; **Raimunda Núbia Lopes da Silva** - Central Única dos  
35 Trabalhadores; **Manoel Onofre de Souza Neto** (confirmar a participação) -  
36 Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Justiça, da Infância e da  
37 Juventude; **Elenice Baptista** - Aldeias Infantis SOS/Brasil; **Iralda Cassol Pereira** -  
38 Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho. Abrindo a pauta da 157ª  
39 **Assembléia Ordinária do Conanda** a presidente fez referência aos dois  
40 principais pontos de pauta que seriam o relato e deliberações sugeridas pela  
41 Comissão de Conferência e pela Comissão de Orçamento e Finanças. Ato  
42 contínuo, passou a palavra ao conselheiro Fábio Feitosa da Silva, da União  
43 Brasileira de Educação e Ensino, que apresentou a versão final da programação  
44 da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente com os  
45 arranjos realizados durante a Plenária. Os arranjos foram no sentido de ajustar  
46 horários, ordem e tempos de falas, lançamento de livros, apresentações culturais

47 e reuniões. A senhora Carmen fez menção ao convite ao professor doutor Paulo  
48 Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo  
49 e relator especial da ONU para assuntos de violência contra crianças e  
50 adolescentes, para compor a mesa de abertura da Conferência. A decisão sobre  
51 se lhe seria concedido ou não fala e, em caso positivo, o momento dela, ficou  
52 deliberado que seria remetido à consulta ao Itamaraty sobre questões protocolares  
53 e de cerimonial. A seguir, o senhor Benedito Rodrigues dos Santos, secretário-  
54 executivo do Conanda indagou sobre o tempo de duração da Conferência Magna  
55 ficando acordado que seria de 50 minutos de duração. A senhora Maria Júlia Rosa  
56 Chaves Deptulski, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, interveio  
57 sobre o título do painel Orçamento e sugeriu mudar para "orçamento e Criança" ou  
58 "Orçamento, Criança e Adolescente", justificando-se de que a maioria das pessoas  
59 acha que orçamento é fundo e acrescentou que não se está discutindo fundo da  
60 criança, trata-se de uma discussão do orçamento da criança ao qual o fundo faz  
61 parte. Em seguida, o senhor Fábio acrescentou que o senhor Paulo Sérgio  
62 Pinheiro lançará à Plenária da VII Conferência a versão em língua portuguesa do  
63 "Relatório Mundial sobre a Violência contra a Criança", no dia 4 de dezembro, pela  
64 manhã, antes da Conferência Magna, ficando ainda definido que os demais  
65 lançamentos de livros, em conjunto, se realizem depois da apresentação da  
66 pesquisa Pró-Conselho. Aprovada a programação da VII Conferência, o senhor  
67 Fábio passou, então, a entrar na questão do processo dos trabalhos de grupo. A  
68 proposta dos nomes dos trabalhos de grupos para o plano, sistema e orçamento.  
69 Fábio declarou que a mesa possuía duas propostas. A primeira é que os  
70 subgrupos tivessem nomes de brincadeiras: dominó, pula-corda, brincadeira de  
71 crianças e adolescentes e a outra proposta é que tivessem apenas números.  
72 Dados os argumentos expostos relacionados a estigmas, preconceito, por votação  
73 preferiu-se números. A seguir, foi repassada a metodologia de organização dos  
74 grupos de trabalho, ficando assim distribuídos, hipoteticamente: dentro do Plano  
75 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária ter-se-ia três subtemas: 1)  
76 valorização da família; 2) abrigo; 3) família acolhedora e adoção. Cada tema  
77 desses, com aproximadamente 150 pessoas. No tema valorização da família  
78 teriam então três grupos, cada grupo em torno de cinquenta participantes. Cada  
79 grupo desses deveria ao final da discussão do grupo tirar uma proposta de  
80 encaminhamento dentro do plano nacional direcionada à valorização da família.  
81 Então, seriam três grupos, três propostas para cada subtema. Três propostas  
82 então dariam nove propostas. Seriam nove propostas de cada tema num total de  
83 27. Após a explicação dessa metodologia, o senhor Fábio iniciou a discussão  
84 sobre a questão da indicação de conselheiros e de painelistas e também para os  
85 trabalhos de grupo, para as atividades, para a organização como um todo da  
86 conferência. O senhor Fábio iniciou com a relação de conselheiros para as  
87 atividades da 7ª conferência. Credenciamento e salas de soluções: Antonio  
88 Pereira da Silva Filho e Irmã Beatriz Hobold; – Elaboração do relatório, síntese:  
89 Solange e Cristina; Imprensa – Aurilene e Ana Paula; Acompanhamento dos  
90 expositores – Maria Inês e a Elenice; Reunião com os adolescentes – Fábio, Júlia  
91 e a Marta; Serviço de saúde – Theresa de Lamari e Alda; Acompanhamento de  
92 autoridades – Ivanildo e Delzinea; Alimentação – Iralda e Núbia; Coordenação de  
93 auditório – Fábio e a Cristina; Regimento Interno – Ivanildo e Toninho;

94 Encerramento - Carmem e Júlia; Plenária final, Onofre e Thereza; Entrevistas -  
95 Carmem e Júlia; Reunião com os conselhos estaduais - Carmem, Júlia e Marta  
96 por conta da comissão; Organização e logística - Benedito e Ana Paula. O senhor  
97 Fábio explicou que quem tivesse sugestão de mudanças que poderia expor e que  
98 seria acatada na medida do possível. A seguir, Fábio apresentou a relação de  
99 conselheiros nos painéis. Primeiramente a relação dos conselheiros nos painéis e  
100 diálogos. **Painéis:** Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - Miriam  
101 e Deuzinea; Sinase - Solange e Ariel; Orçamento - Caporal e Luciana Secco.  
102 **Diálogos: Diversidade** - Malu; Mídia - Aurilene: Maioridade Penal - Marta. Após  
103 isso, passou-se ao papel dos conselheiros nos grupos de trabalho. Os  
104 conselheiros do Conanda participariam do grupo de acordo com o interesse e do  
105 conhecimento do tema previamente identificado, tendo o papel de  
106 acompanhamento da dimensão política dos trabalhos de grupos, dirimindo dúvidas  
107 e contribuindo para consolidação do resultado final das discussões, respeitando o  
108 papel técnico do facilitador/coordenador. Dentro do tema: Plano Nacional de  
109 Convivência Familiar e Comunitária e subtema: Valorização da Família, Política de  
110 Apoio Sociofamiliar - Ivanildo, irmã Beatriz, Miriam e Elizabete; Reordenamento  
111 dos Abrigos e Implementação do Programa de Famílias Acolhedoras - Solange,  
112 Susan Sami, Antônio Pereira da Silva, e Deuzinea; Adoção Centrada e Interesse  
113 da Criança e do Adolescente - Leandro, Alda e Thereza de Lamari. Sinase -  
114 Medida Socioeducativa e Meio Aberto, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço  
115 a Sociedade - Aurilene, Eduardo Basso e Manoel Onofre; Medidas Socioeducativa  
116 de Semiliberdade - Marta, Romão, Paulo Edson e Ariel; Medida Socioeducativa de  
117 Internação - Carmem, Maria Estela, Maria Luiza e Maria Júlia. Orçamento e  
118 monitoramento - Núbia, Iralda, Ana Maria e Vilmar. Fundos - Elenice, Luciana e  
119 Maria Dolores. Orçamento - Criança e Adolescente - Mariana Bandeira, Maria  
120 Carolina, Caporal e Maria Ignês. Logo em seguida, senhor Fábio passou à  
121 proposta de nome para os diálogos, são os painelistas. As propostas que  
122 trazemos é a seguinte: da **Diversidade e Gênero** - Estela Torquato. **Raça** - Maria  
123 Aparecida da Silva. **Etnia** - Gersen ou Perlângela. **Redução da Maioridade**  
124 **Penal** - Onofre. **Mídia** - Ana Pelido e Romão. A presidente, doutora Carmen, falou  
125 da necessidade de colocar algum facilitador adolescente, algum jovem e que  
126 poderia colocar em todas as mesas e verificar com eles mesmos nessa reunião  
127 quem iria vai fazer o papel de facilitadores. Em seguida, Fábio iniciou as  
128 discussões sobre Regimento Interno da VII Conferência Nacional dos Direitos da  
129 Criança e do Adolescente. Entre as alterações realizadas em relação à proposta  
130 enviada pela Comissão Organizadora da Conferência destacaram-se a inclusão  
131 da categoria observador em conjunto com as de delegados e convidados. O  
132 senhor Benedito, secretário-executivo do Conanda, informou da necessidade de  
133 os dois coordenadores, Fábio e Cristina, com a secretaria-executiva se  
134 encontrarem pelo menos uma vez por semana para fazer os acompanhamentos  
135 até a Conferência, com a Nasce e com a Boeing e um dia antes da Conferência  
136 fazer uma reunião com toda a comissão. Em seguida, passou-se ao relato da  
137 Comissão de Orçamento, pela senhora Elenice Baptista, da Aldeias Infantis  
138 SOS/Brasil. O senhor Benedito pediu a palavra para informar que havia  
139 participado das discussões da Comissão de Finanças que se separou, na  
140 verdade, em três blocos de discussões. Uma seria o Oca-Orçamento Criança-

141 onde se decidiu contratar um consultor para mapear as várias metodologias  
142 existentes no Orçamento Criança e desenvolver a proposta de uma nova  
143 metodologia de mensuração, monitoramento e avaliação do Orçamento Criança a  
144 ser submetida à apreciação do Conanda. Na questão do Plano de Capacitação de Recursos ficou também  
145 de tomar algumas medidas mais emergentes para o final de 2007, já de acordo com a prática do Conanda e do fundo de se começar a  
146 preparar uma campanha, mais a longo prazo, para o próximo ano, de doações  
147 individuais etc. Sobre a questão do Fundo, ressaltou o senhor Benedito, pensou-se  
148 em realizar um colóquio, atendendo sugestão feita pela presidente, Carmen,  
149 durante a Assembléia Ordinária do Conanda, em fevereiro, para discutir aspectos  
150 polêmicos da regulamentação dos fundos dos direitos da criança e do adolescente  
151 com participação de expoentes das várias posições sobre aspectos, por exemplo,  
152 doações vinculadas, entre outras. Pra isso, Benedito sugeriu que se elaborasse  
153 uma minuta de resolução sobre os fundos para ser discutida na Assembléia  
154 Ordinária do Conanda de fevereiro. Alguns pontos foram antecipados nesta  
155 Plenária de novembro que deverão ser mais bem formulados e aprofundados: 1)  
156 Os recursos do fundo deverão ser compostos por recursos orçamentários e de  
157 destinação do Imposto de Renda; 2) Os recursos destinados aos fundos devem  
158 ser aplicados no financiamento da política de atendimento aos direitos da criança  
159 e do adolescente definida pelos conselhos; 3) Tais recursos devem ser aplicados  
160 nas linhas ou eixos prioritários estabelecidos pelos conselhos de direitos,  
161 ressaltando que cabem aos conselhos de direitos, e não aos destinadores dos  
162 recursos, o papel de definição das prioridades da política de atendimento dos  
163 direitos da criança e do adolescente que deverão ser financiados com verbas dos  
164 fundos; 4) A seleção de um ou mais eixos, dentre as prioridades estabelecidas  
165 pelos conselhos de direito, por parte dos destinadores de recursos, deve ser  
166 aceita desde que não represente uma vinculação a uma entidade ou projeto  
167 específico. Uma vez destinados aos fundos, os recursos de Imposto de Renda se  
168 tornam recursos públicos, cuja prerrogativa de distribuição deve ser sempre do  
169 poder público, nas modalidades previstas em lei; 5) Os conselhos de direitos  
170 podem reter ou demandar aos destinadores que uma percentagem dos recursos  
171 destinados (entre 10% e 30%) seja aplicada em projetos estratégicos prioritários  
172 não selecionados pelos destinadores dos recursos do Imposto de Renda. Essa  
173 medida é uma forma de garantir que todas as prioridades estabelecidas pelos  
174 conselhos de direitos sejam financiadas. Contudo, esse tema necessita maior  
175 aprofundamento no interior da própria Comissão de Orçamento e Finanças; 6) A  
176 modalidade de investimento "projeto chancela" é aceita por algum membro da  
177 Comissão de Orçamento e Finanças, porém, deve-se ter atenção para que o  
178 tempo de duração da chancela seja claramente delimitado. Contudo, a pouca  
179 discussão acumulada nesse quesito o indicou para maior profundidade; 7) As  
180 entidades, membros dos conselhos de direitos, não deveriam receber verbas do  
181 fundo durante a gestão em que é mandatária. Essa questão se mostrou polêmica  
182 também indicando maior aprofundamento. Seguindo a pauta, a presidente,  
183 doutora Carmen, pediu ao senhor Benedito e à senhora Elenice que relatassem a  
184 participação deles no 2º Encontro Nacional do Fonacondica, que teve como  
185 objetivo a aprovação do seu regimento interno. Do relato da senhora Elenice  
186 deliberou-se que o Conanda não deverá integrar o Fórum Nacional dos Conselhos  
187

captação  
referente  
Projeto  
Forum DA  
A.100r

188 dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacondica), por entender ser usa a  
189 tarefa precípua de mobilizar os conselhos estaduais e municipais. Esclareceu-se  
190 que o Conanda não é contrário a qualquer forma de organização dos conselhos  
191 estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente e que a não  
192 adesão não significa uma recusa de participação em ações ou eventos do Fórum.  
193 Propostas de ações conjuntas devem ser avaliadas caso a caso. E que essa  
194 posição deverá ser oficiada ao Fórum num espírito de respeito e cordialidade. A  
195 conselheira Marta Tonin e o secretário-executivo, senhor Benedito Rodrigues dos  
196 Santos, deverão fazer uma minuta do ofício e socializar com os membros do  
197 conselho antes de ser enviado ao destinatário. **Encaminhamentos sobre os**  
198 **Informes: Fonacriad** - Informou que em decorrência dos relatos ocorridos e  
199 acatando sugestão do senhor Benedito, secretário-executivo de que se oficiasse à  
200 Fundação Casa indagando dos seus projetos de expansão, de construção de  
201 obras e se estão seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Sinase, bem como  
202 ao governo do Acre e à presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança  
203 solicitando respostas às solicitações do Conanda no sentido de adequação da  
204 unidade de internação aos parâmetros do Sinase. A presidente declarou também  
205 que por decisão da Plenária recomendava à Comissão de Políticas Públicas que  
206 estabelecesse um calendário de discussão de parâmetros para gestão  
207 compartilhada de unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei  
208 em regime de medida socioeducativa de internação. **PPACA** - Em seguida, a  
209 conselheira Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenbach, da Abrinq, informou que o  
210 Conanda iria ter o relatório do PPACA ainda em 2007, relativo aos anos de 2006 e  
211 provavelmente 2007, juntos. E que o senhor Benedito ficaria responsável de  
212 repassar a todos os conselheiros o Termo de Compromisso do Plano Presidente  
213 Amigo da Criança e do Adolescente com objetivo de reagendar a questão do  
214 PPACA nas prioridades de gestão e monitoramento do Conanda. **PNCFC** - Em  
215 seguida, foi informado à Plenária, que fora criado, por decreto, a Comissão  
216 Interministerial do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e que,  
217 por indicação da Comissão de Políticas Públicas, ratificava-se a indicação das  
218 conselheiras Miriam (titular) e Núbia (suplente) para compor a referida comissão.  
219 \*A elaboração de estudo da proposta de adequação do PL Adoção (substitutivo  
220 Maria do Rosário) ao Plano de Convivência Familiar e Comunitária, visando a  
221 urgência solicitada pela Frente Parlamentar à votação do projeto de lei, o Conanda  
222 deverá mobilizar conselheiros, técnicos da SPDCa e MDS para realizar essa  
223 tarefa. Por indicação da Plenária, as conselheiras Miriam e Núbia <sup>\* por serem integrantes</sup> deverão assumir <sup>da comissão</sup>  
224 a coordenação do processo. Não tendo mais nada a ser tratado, deu-se por **INTERSETO-**  
225 encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata, após lida e aprovada, será **RIAL**  
226 assinada pela senhora presidente.

refazer

~~para participar da ou por comiss~~  
Juntos  
ANCK

229 **Outro assunto** Carmen Silveira Oliveira  
230 **Presidente**  
231 **discutido f. a necessidade de se** O CONANDA DA  
posiciona a respeito do PL de ADOCAO - Foi delibera-  
do,